



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE ARTES, JORNALISMO E LETRAS
CURSO DE JORNALISMO

SUZELE DA SILVA CARVALHO

**AMBIENTE DA CONEXÃO EM REDE:
ALDEIA MANGA EM BUSCA DA INSERÇÃO TECNOLÓGICA COMO
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E A FIGURA INDÍGENA INSERIDA NO
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**

MACAPÁ
2015



SUZELE DA SILVA CARVALHO

**AMBIENTE DA CONEXÃO EM REDE:
ALDEIA MANGA EM BUSCA DA INSERÇÃO TECNOLÓGICA COMO
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E A FIGURA INDÍGENA INSERIDA NO
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a.
Lylian Rodrigues

MACAPÁ
2015

SUZELE DA SILVA CARVALHO

**AMBIENTE DA CONEXÃO EM REDE:
ALDEIA MANGA EM BUSCA DA INSERÇÃO TECNOLÓGICA COMO
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E A FIGURA INDÍGENA INSERIDA NO
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**

Data de aprovação: Macapá, 16 de janeiro de 2015.

Banca

Prof^ª. Dr^ª. Lylian Caroline Maciel Rodrigues (Orientadora)

Prof. Tadeu Lopes Machado (Membro)

Prof. Msc. Antonio Carlos Sardinha (Membro)

MACAPÁ

2015

RESUMO

Como sabemos a internet tem se tornado um importante instrumento de comunicação e difusão do conhecimento. Partindo desses aspectos é possível observar a cibercultura como meio capaz de integrar o indígena na conexão em rede e ainda desenvolver atividades de inclusão, pois algumas comunidades indígenas ficam de fora do ambiente virtual, como é o caso da aldeia Manga, localizada na área territorial do município de Oiapoque. Estes indígenas da aldeia querem ter acesso à internet, por ver benefícios relacionados a educação e difusão cultural. Entretanto, os valores e o poder que envolvem a cultura na internet os representam aos demais seguimentos da sociedade não utilizam a própria cultura indígena como referência simbólica e, assim, sem abrir possibilidades de criar suas comunicações.

Palavras-chave: Cibercultura. Indígena. Desenvolvimento comunitário. Conhecimento. Informação.

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1: A rede e o indígena	8
1.1- Problema teórico: práticas de rede e o indígena.....	8
1.2- Contexto dos povos indígenas do Amapá.....	9
1.2.1-Etnias do Oiapoque.....	13
1.2.2-Campo de análise: aldeia Manga.....	13
1.2.3-Tecnologia nas aldeias.....	17
Capítulo 2: Cibercultura indígena	20
2.1- Cibercultura no ambiente indígena.....	20
2.2- Aldeia Manga: em busca do desenvolvimento tecnológico e cultural.....	25
Capítulo 3: Conexão em Rede: análise de Castells	27
3.1- Barbeiro e Castells: o indígena como representação simbólica e valor cultural...27	
3.2- Uso da internet como forma de poder.....	30
Conclusão	33
Referências bibliográficas	35
Anexos	37

Introdução

Com o surgimento da Internet o homem passou a ter acesso a todo o tipo de informação e de qualquer parte do mundo. Ela é um mecanismo, é uma estrutura de rede e tecnologia digital que permite reorganização, ter informação e conhecimento, mas não é em si mesma a formadora do cidadão crítico, pois o sujeito não se torna crítico pelo uso, mas pelo modo como usa. E o modo é a apropriação, a aprendizagem o como usar este meio para pensar em desenvolvimento.

Esta monografia é resultado da pesquisa sobre a inserção da conexão em rede. Também envolve estudos sobre cibercultura e pertencimento social na Terra Indígena Uaçá, localizada no município de Oiapoque, no estado do Amapá, destacando-se a aldeia Manga para análise.

Com essa pesquisa, serão destacados, a partir de uma análise bibliográfica, as condições da conexão em rede e as consequências sobre participação social dos indígenas da aldeia por meio da inserção tecnológica – internet - e os interesses do capital no qual a cultura tem caráter mercadológico, reconfigurando o sentido da cidadania, e o ciberespaço é visto como elemento difusor de representação e participação social.

Não deixando de falar, ainda, sobre as relações de poder que se têm na Era da Informação, causando uma reconfiguração no que diz respeito a manipulação simbólica que as classes minoritárias ficam sujeitas por ter pouco acesso à internet, criando um conflito por resistirem à dominação e ver os seus valores culturais sendo dominados pelo sistema capitalista, ao expor como mecanismo para o turismo étnico.

Cabe ressaltar a relevância do papel social e cidadão dos povos indígenas diante de sua participação mediada pelas tecnologias da Era da Informação, responsáveis pelas mudanças da sociedade contemporânea, principalmente, as sociais exercidas com a apropriação de tais técnicas. Diante deste contexto é importante observar o fato de que alguns grupos indígenas – como os aldeia Manga - têm reconhecido a importância do uso da internet, para o fortalecimento de seus movimentos.

Também, não foi possível deixar de lado outro fator importante, não só para o processo de difusão da cibercultura, bem como para outros relacionados à integração, participação e cultura: a comunicação, pois a tecnologia se renova a cada dia, e por isso, a comunicação merece destaque por estar presente no cotidiano das pessoas. Tendo em vista

que por meio do ciberespaço a aldeia poderá ser apresentada por seus próprios moradores e não como os outros querem que seja vista.

Com a internet como principal tecnologia direcionada à comunicação e informação, é possível pensar em métodos que incentivarão os indígenas da aldeia Manga a desenvolver seus próprios meios de difusão cultural. Percebe-se que eles querem e sentem a necessidade de fazer parte da sociedade do conhecimento, da informação e da sabedoria, com a agilidade que a internet traz, pois este instrumento transformador é capaz de promover integração e democratização. O ambiente de integração que a internet propicia fará com que o indígena da aldeia Manga se sinta como parte de algo maior, dentro do mundo globalizado.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram compostos por pesquisa de documentos em órgãos públicos como Fundação Nacional do Índio(Funai), Secretaria de Estado da Educação (Seed) e Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), aplicação de questionário, através de colaborador¹, análise de reportagens que circularam quando foi anunciada a implantação da banda larga no Estado. Por fim, foi necessário buscar conceitos discutidos pelos autores Manuel Castells, Laura Gonzáles, Guilebaldo López e Jesús Martin-Barbeiro; que tratam sobre o uso da tecnologia em rede e o indígena como representação simbólica do País, dialogando tais considerações dos escritores.

Informacionalismo, cibercultura, pertencimento e participação social são conceitos fundamentais para estudos que envolvem contextos relacionados a inserção tecnológica, democratização da comunicação e o simbolismo indígena da atualidade.

Estes pensamentos se tornam importantes, porque após buscar motivos para a utilização da internet como ferramenta da informação por grupos minoritários, e consequentemente excluídos, é preciso compreender a relação da política de visibilidade e de representação simbólica que envolve o indígena.

¹ Questionário aplicado para moradores da aldeia Manga através do colaborador Ruancarlo D'Almeida Machado.

Capítulo 1: a rede e o indígena

1.1 O problema teórico: práticas de rede e o indígena

Na contemporaneidade, o acesso às novas tecnologias e às suas utilidades se dão de forma abrangente e significativa, gerando oportunidade de desenvolvimento em todos os níveis (intelectual, cultural, social, etc). No entanto, o discurso de descentralização nem sempre alcança todos, principalmente os que pertencem a grupos minoritários ou isolados. Este alcance sugere uma interpretação conflituosa quando determinados grupos, como os indígenas, passam a ter contato com essas tecnologias.

A internet amplia o conhecimento, uma de suas características é possibilitar a comunicação livre e independente. Mas não é o que percebemos quando o seu acesso é restringido em alguns locais, como nas aldeias indígenas. É exclusão, conforme pontua Manuel Castells (2003, p. 8):

Atividades econômicas, sociais, políticas, e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela internet e em torno dela, como por outras redes de computadores. De fato, ser excluído dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura.

Através de suas ferramentas é possível estudar, conhecer pessoas, comunicar com parentes e amigos distantes, trabalhar. No caso indígena, a rede de informação pode ter significado ampliado, pode ser um método para propagar cultura e mostrar que o pensamento de que índios devem permanecer isolados em uma aldeia está a cada dia defasado.

Para eles é uma oportunidade de transformar a tecnologia, apropriando-a, modificando-a e experimentando-a (CASTELLS, 2003, p. 10), usar todas as possibilidades possíveis, e acessíveis, para serem apresentados à sociedade de outra forma, deixar de lado a “história” de que são povos isolados e incapazes de serem inseridos tecnologicamente na sociedade. “A Internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global”. (CASTELLS, 2003, p. 8).

Há muito tempo, índios e tecnologia não se conciliavam.
Era impossível, imaginar ver índios navegando na rede mundial.
Até porque, na visão dos não-indígenas,
O índio brasileiro seria incapaz de ter suas próprias ideias.
Mas entre índios e não-índios, que, primeiro popularizou?
Um país invadido, disseram que um outro povo colonizou.
Daí fica uma pergunta, como o povo indígena vivia antes do SPI?
Será que não se alimentava?
Será que não se organizava?
Ou então todas essas teorias criadas sobre os povos indígenas são besteiras?

Ou nada disso é verdade,
 E sempre fomos independentes,
 (...)
 Hoje temos um arco digital,
 Se antes tínhamos que andar léguas e léguas
 Para falar com outros parentes indígenas,
 Hoje temos um chat. (KARIRI-XOCÓ, 2007, p.17)

A democratização da comunicação é um tema pertinente, pois questiona os arranjos democráticos contemporâneos e como as lógicas da comunicação permeiam a formação das estruturas político-sociais. A tecnologia, através de um sistema comunitário de comunicação, ampliaria a participação indígena na sociedade não-indígena, seria possível apresentar e compartilhar ações do seu povo, ter participação direta com o sistema democrático proporcionado com o acesso à internet, “poucos se apropriam do canal de comunicação interativo, multidirecional, fornecido pela internet, de ambos os lados da conexão”. (CASTELLS, 2003, p. 129).

Foram várias transformações relacionadas aos direitos indígenas, que ainda precisam melhorar, tanto em relação a convivência com outros grupos sociais quanto com o Estado, e ainda, vale destacar a relação estabelecida entre esses povos e as novas mídias.

O fato de pesquisar a inserção das novas tecnologias – internet – no meio dos grupos indígenas que povoam o norte do Estado do Amapá traduz a vontade de compreender em âmbito regional como a figura do índio “conectado” é interpretada pelo grupo “não-índio”. De primitivo a selvagem, é diversa a classificação sem fundamento sobre os indígenas.

1.2 Contexto dos povos indígenas do Amapá

Os indígenas têm uma cultura diferenciada, e por esta razão, diversas legislações foram criadas para “proteger” seus direitos, daí veio a Tutela Indígena, na qual o Estado tem a Funai como órgão especializado e responsável para proteção dos direitos indígenas.

O controle Estatal sobre o indígena existe desde o Brasil Colônia e com o passar dos anos só vem aperfeiçoando através de leis, como o Estatuto do Índio (1973), que considerou nulo os atos praticados entre índios não tutelados e qualquer pessoa da sociedade sem o amparo da Funai, até a promulgação da Constituição de 1988.

A Constituição de 1988 surgiu para trazer inovações, o seu texto deixa claro o fim da integração, ou seja, da tutela, e mesmo assim, vinte e três anos depois ainda

temos legislações, como o Estatuto do Índio, que não se adequou ao texto constitucional. Ficando claro ainda que, mesmo com todo esse aparato legal, o Estado de uma forma ou de outra se mantém na dominação das questões pertinentes aos direitos indígenas. (CAMPOS, 2011, p.8)

A ideia da tutela é carregada de discursos e modelos que condicionam o pensamento vitimizado sobre o índio. Mesmo tendo sido construída desde o contato desses povos com o não indígena, ainda hoje se mantém como visão dominante.

Segundo dados da Fundação Nacional do Índio, 54 % das demarcações de Terras Indígenas são na região Norte do país. No censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, no estado do Amapá habitam 7.411 indígenas, distribuídos em 5 terras indígenas na área territorial dos municípios de Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari, calculando, somente em Oiapoque, 39 aldeias.

A realidade indígena está em processo de transformação, a cada dia seus costumes perdem sua essência, as tradições misturam-se, até chegarmos ao ponto de não sabermos mais o que irá distingui-la de outras.

A população indígena vem sofrendo consequências dos choques culturais desde o Brasil Colônia, quando portugueses fizeram os indígenas aceitar sua cultura, o que contribuiu para a extinção da língua indígena, pois foi imposta a língua portuguesa como oficial. Desde esse período, os dialetos e os idiomas indígenas estão desaparecendo².

As mudanças nas quais sofrem não ficam somente na linguagem, mas também influencia na forma como se vestem e fazem seus rituais. Atualmente eles não fazem mais suas bebidas com produtos da aldeia onde vivem, compram bebidas prontas em Oiapoque, suas roupas já seguem as tendências modernas americanizadas, como o uso do jeans por exemplo.

² No Amapá, conforme a autora Lux Boelitz Vidal (2007), os indígenas que habitam na região do município de Oiapoque são políglotas, se comunicam nos idiomas: português, francês, *patoá* - língua franca regional, também falada nas aldeias Karipuna e Galibi-Marworno com acento e vocabulário diferenciados, caracterizando o idioma *kheuol* - , sendo que os Palikur e os Galibi do Oiapoque utilizam suas respectivas línguas nas aldeias.



Imagem 1

Foto: Iasmim Cavalcante

Diante de todas as diferenças e mudanças apresentadas, outra que, significativamente, contribui para mudança e até desaparecimento da cultura indígena que conhecemos hoje, é o não uso de seus nomes indígenas, estão usando nomes que não mais os identificam, como Santos, Oliveira e Silva, contudo, com o passar dos anos ficará cada vez mais difícil diferenciar o índio do “homem branco”.



Imagem 2

Foto: Iasmim Cavalcante

A Constituição Federal Brasileira de 1988 trouxe em seu texto um capítulo específico que trata das questões indígenas e da forma de preservação de sua cultura.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

(...)

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (CONSTITUIÇÃO, capítulo VIII, Arts. 231 e 232)

Porém, todo esse cuidado está esquecido. Antes, falar de cultura-prima brasileira era lembrar das populações tupis, agora, devido ao esquecimento de investimento nas áreas indígenas, podemos dizer que o próprio país está perdendo sua cultura devido a essa crise de identidade indígena, começando pela linguagem e troca entre culturas.

De acordo com Castells (2005), a identidade de um povo está diretamente relacionada à sua linguagem. A identidade e os atributos culturais usam a linguagem como veículo para a estruturação das relações sociais. A linguagem como elemento de unificação propicia que o sujeito, através de identificação, possibilite sua individuação e autenticidade e, ao mesmo tempo, estabeleça um sentimento de pertencimento no espaço social. (AZEVEDO et al, 2012,p. 4)

A língua falada na aldeia Manga é o português, mas os indígenas perceberam a necessidade de passar, principalmente, às crianças o ensino da língua materna, o patoá. Por esta razão ficou acordado o ensino obrigatório de duas línguas nas escola indígenas, o português e o patoá.

A origem da língua patoá (Creoula) e o português entre os Karipuna tem origem na Guiana Francesa, a partir do contato que os povos indígenas mantiveram, historicamente, com os guianeses no momento em que comercializavam, por troca ou venda de produtos para alimentação, artesanato e para atender necessidades diversas. A língua portuguesa teve origem a partir da escola dentro da comunidade e o contato com o branco. (BARREIROS, 2012, p.41)

A cultura indígena no Amapá foi fortalecida com a inauguração do museu Kauhi em abril de 2007, localizado em Oiapoque, é responsável pela guarda e preservação de artefatos que mostram que a presença da população indígena no estado do Amapá é forte. É um espaço onde os indígenas também fazem diversos tipos de encontros como reuniões e cursos.

1.2.1 Etnias do Oiapoque

As etnias presentes no entorno do município de Oiapoque são: Palikur, Galibi-Kali'na, Karipuna e Galibi-Marworno. Habitam as terras indígenas Uaçá, Galibi e Juminã segundo o Iepé, representam 23 % da extensão territorial do município de Oiapoque, presentes quatro povos: os Palikur, os Galibi-Kali'na, os Karipuna e os Galibi- Marworno.

Oiapoque é o centro de encontros entre indígenas e a população não-indígena, é onde vendem seus produtos como farinha, frutas, caça, artesanato, fazem compras e procuram os serviços públicos como a atendimento em posto de saúde.

A presença destes povos na cidade de Oiapoque é marcante, seja pelo processo de urbanização indígena, que vem se intensificando em função das condições precárias de saúde e educação nas aldeias, seja pela relação de troca de produtos alimentícios que há muito realizam com os estabelecimentos comerciais ou ainda pela participação de indígenas na vida política do município, alguns eleitos vereadores, outros exercendo cargos em secretarias. (VIDAL et al, 2009, p. 8)

Vidal descreve as etnias do Oiapoque:

Os palikur são um povo do tronco lingüístico Aruaque. Há mais de três décadas são adeptos da religião Pentecostal e praticam poucos rituais indígenas.

Os galibi-marworno falam patoá francês com a lembrança de poucas palavras e frases de “Galibi antigo”, especialmente no vocabulário ritual. Vivem no rio Uaçá, concentrados desde a época do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em uma única aldeia, Kumarumã.

Os galibi-kali'na do Oiapoque são um povo do tronco Caribe, originários da *rivière Mana*, fronteira com o Suriname, eles se instalaram no Brasil, na margem direita do rio Oiapoque, à jusante de Saint-Georges, na aldeia São José, onde permanecem até hoje.

Os Karipunas são uma população bastante heterogênea do ponto de vista étnico. Famílias provenientes das missões portuguesas, falantes da língua geral do Amazonas, denominadas *Tapouyes* pelos franceses, que provavelmente também estiveram aldeadas em missões no litoral da Guiana, percorrem ao longo do século XIX a costa do Amapá até atingir o Baixo Oiapoque. São identificados como Karipuna pela Comissão Rondon, que visitou a região em 1927.

Hoje, ocupam o rio Curipi em quatro aldeias maiores e inúmeras localidades, inclusive cinco aldeias ao longo da BR- 156, sendo dois antigos postos de vigilância. (VIDAL et al,2009, p. 5-6)

1.2.2 Campo para análise: aldeia Manga

As etnias pertencentes à Terra Indígena Uaçá (palikur, galibi-marworno e Karipuna) falam línguas aruak carib e patoá, além do português e francês, esta última é devido à proximidade com a fronteira. No que diz respeito à tecnologia, as aldeias dessa

região ainda são carentes a determinados serviços, como o de telefonia e internet. A aldeia Manga, é a única que tem acesso à internet, é localizada as margens da BR-156, e por isso é objeto de estudo.

Nesta aldeia e em mais 26 localizadas na área de Oiapoque, habitam os Karipunas, caracterizados pela maneira moderna de viver, o que os faz ser uma etnia misturada, conforme descreve o próprio termo:

O termo Karipuna é usado como autodenominação por essa população e indica uma identidade de “índios misturados”, “civilizados” ou “avançados”, que é tanto atribuída como assumida pelas famílias Karipuna. A noção de mistura expressa pelas famílias refere-se à sua origem heterogênea, bem como às constantes alianças que estabelecem com indivíduos ou famílias estrangeiras. Os critérios de pertencimento ao grupo dependem da concordância a princípios de solidariedade e de cooperação mútua, englobando, com o tempo, pessoas e famílias que inicialmente eram consideradas “de fora”. (TASSINARI apud JUSSARA, 2012, p. 39)

Atualmente os povos Karipunas ocupam o rio Curipi, com aproximadamente 1900 (um mil e novecentos) índios distribuídos em 04 (quatro) aldeias: Manga, Santa Izabel, Açaizal e Espírito Santo.

A aldeia Manga é modernizada, claro que dentro de suas devidas possibilidades, foge dos padrões de aldeias que conhecemos ou pensamos como são.



Imagem 3
Foto: Iasmim Cavalcante



Imagem 4
Foto: Iasmim Cavalcante

Acontece que no mundo globalizado, algumas comunidades vão se adaptando, fato este que não impede de continuar seus rituais, muito menos deixar de usar as tecnologias a seu favor e ver uma oportunidade de expandir e, até mesmo, mostrar as outras pessoas que também podem e devem ter acesso a novidades da conexão em rede, conforme destaca Castells (2003, p.10), “a internet transforma o modo como nos comunicamos, nossas vidas são profundamente afetadas por essa nova tecnologia da comunicação”.

A aldeia tem uma certa condição privilegiada, “está situada à margem do rio Curipi, sendo a única que tem acesso, por terra, à cidade do Oiapoque” (BARREIROS, 2012, p.11).

A relação dos indígenas que moram na aldeia Manga entre a população de Oiapoque e franceses é forte, sobretudo o que diz respeito à comercialização de farinha e frutas, “existe um crescente contato dos indígenas com a cidade do Oiapoque (BR) e Saint Georges (FR), o que tem proporcionado aumento de troca e consumo, principalmente de produtos agrícolas e artesanais” (BARREIROS, 2012, p.45).

A economia da aldeia vem das roças, pesca, plantação de mandioca, abacaxi, cupuaçu, “predomina a agricultura familiar desenvolvida em forma de mutirão e uso de conhecimentos tradicionais” (BARREIROS, 2012, p.47), técnica facilitada pelas condições do terreno de terra firme no qual a aldeia é localizada.

O tempo social e individual é regulado pelo tempo da natureza que define o tempo de pescar, de caçar, de coletar e de trabalhar na roça. Os indígenas, ao longo dos

tempos, perceberam com sabedoria como realizar as atividades produtivas sem prejudicar a natureza. (BARREIROS, 2012, p.50)



Imagem 5
Foto: Iasmim Cavalcante

O que faz um povo que busca ser moderno, utilizar na agricultura práticas tradicionais? É uma questão relacionada ao modo de viver, o contato com a sociedade moderna não mudará isso, são as práticas de cultivo, passadas de pai para filho, que tem dado certo para o desenvolvimento da aldeia e que eles preservam.

As consequências da convivência, de forma rápida, com os não-índios resultam em uma relação conflituosa entre o habitual e o moderno, que aos poucos será adequada à cultura de cada grupo. Porém dizer que o indígena deixa de viver sua cultura pelo fato de usar roupas novas, usar tecnologias e outros dispositivos “estranhos” dos seus habituais (arco, flexa), não significa que ele não é mais índio ou está deixando seus rituais tradicionais caírem no esquecimento. Acontece que sua cultura vai se fragmentando, conforme Hall (2004, p.13), na pós-modernidade o sujeito “assume identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente”, e deixa de ser sujeito iluminista, “baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação”

Hoje estar presente na era informacional é deixar de ser isolado e também fazer parte da vida pública do país e ter participação direta nos processos políticos que os envolvem.

1.2.3- Tecnologia nas aldeias

Na aldeia Manga o acesso à internet não é livre, os alunos e professores acessam na escola através do Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), que oferece, gratuitamente, internet para aldeias indígenas, escolas, telecentros, etc, cujo objetivo é "promover a inclusão digital como alavanca para o desenvolvimento social auto-sustentável e promoção de cidadania" (ENAP, 2014).

O Programa seria uma forma de promover a integração com os recursos tecnológico da internet na aldeia, mas a partir do momento em que ele se torna de uso restrito, em uma comunidade sem acesso, e onde somente algumas pessoas podem usá-lo, é mais uma vez iniciar o processo de exclusão.

Uma das ações para instalar internet de qualidade nas aldeias seria o serviço de banda larga, algo que seria viável somente para os indígenas, mas também muito esperado pela população amapaense. O acesso com a alta velocidade chegou à capital Macapá, porém nas aldeias indígenas só existem projetos de implantação, fazendo da internet uma divisão para as classes sociais, enquanto uns tem, outros ainda sonham com os privilégios de ter internet com qualidade.

Assim que uma fonte de desigualdade tecnológica parece estar diminuindo, uma outra surge: o acesso diferencial a serviço de banda larga de alta velocidade (...). Todos os serviços e aplicativos projetados de que as pessoas realmente precisarão para seu trabalho e sua vida dependem do acesso a essas novas tecnologias de transmissão. Assim, é possível que, quando as grandes massas tiverem finalmente acesso à internet por linha telefônica, as elites globais já tenham fugido para uma esfera mais elevada do ciberespaço. (CASTELLS, 2003, p. 2010)

O acesso à informação não faz com que os indígenas percam suas características, mas ajuda a disseminá-la, abre oportunidades para estudo, comunicar-se com pessoas de outras regiões. Entretanto, sem o acesso é difícil trocar essas experiências, tal afirmativa é destacada pelo indígena Luiz Campos dos Santos, no trecho de uma reportagem do Jornal do Dia, publicada em abril de 2014. Para ele, “a tradição está dentro de cada um de nós. Ela não vai desaparecer. Não podemos fugir das transformações da sociedade. Não podemos mais viver isolados”.

Quando falava-se em internet banda larga, para que as instalações passassem pelas áreas indígenas, foi feito um termo de compensação acordado entre Funai e a empresa de telefonia Oi, o qual prometia acesso à internet gratuita e centro de capacitação para as aldeias

Manga, Kumarumã, Kumenê, Espírito Santo e Santa Izabel, localizadas próximas a BR 156. Inclusive foi manchete em vários jornais locais, todas se repetiam:

- Índios de Oiapoque liberam obras da banda larga após negociarem com Oi e Governo do Amapá
- Banda larga nas áreas indígenas: Internet rápida

Em todas as reportagens estavam escritas contrapartidas para as aldeias, seriam três projetos, o primeiro seria desenvolvido pelo Iepé com os Programas de Comunicação Indígena, Educação Ambiental Indígena e Educação Ambiental para os Trabalhadores. O segundo projeto seria executado pela ONG Thydewá, através do Programa de Inclusão Digital Indígena, financiado pela rede de telefonia OI. A terceira garantia era um compromisso da Oi com a manutenção preventiva, e o acesso à banda larga gratuitamente às aldeias de Oiapoque com o serviço de telefonia às comunidades.

Índios de três aldeias de Oiapoque a 590 quilômetros de Macapá, terão acesso à internet banda larga, segundo informou nesta segunda-feira (17) o governo do Amapá. Ela será implantada nas aldeias de Kumarumã, Kumenê e Manga. O serviço faz parte da contrapartida oferecida pela empresa Oi e o governo estadual, responsáveis por instalar a tecnologia no Amapá. O anúncio ocorreu durante o lançamento da banda larga no estado. As compensações foram estabelecidas devido as obras de cabeamento de fibra óptica passarem por terras de nove aldeias. Dessas, apenas três ganharam acesso a internet por reunirem as maiores populações indígenas. Ao todo, elas abrangem cerca de sete mil índios, calculou a Secretaria Extraordinária de Políticas Indígenas. O restante das comunidades foi beneficiada com telefones e cursos de capacitação. (G1 Amapá, 2014)

Esta reportagem do Portal G1 Amapá, citada acima, gerou muita discussão entre os internautas, uns são contra, outros a favor do acesso nas aldeias. Nos comentários é possível perceber o quanto os indígenas ainda sofrem preconceito e, mais uma vez, fica claro como o não-índio ver essa situação.

É princípio constitucional que se deve governar para o todos; isto inclui também os 20.000.000 de brasileiros que sobrevivem e zelam pela continuidade dessa nação continental miscigenada soberana, na região amazônica; legada de nossos antepassados com muita luta e sangue. (Comentário de JBatita).

Ah para não acreditar... então por favor vamos nos conscientizar que não serão mais índios ... aliás de indígena eles só querem os privilégios. (Comentário de Leila Miranda).

Está na hora do Governo parar de separar a Sociedade das Tribos indígenas e incluí-las num contexto social, com direitos e obrigações, este discurso que tem que preservá-los para manter suas tradições é, hoje em dia, no mundo moderno, totalmente irrelevante, culturas milenares são exemplo dessa inserção social sem perder sua cultura, como o Japão, vivem no campo ou nas cidades, mantendo sua cultura e tradições. Agora aqui no Brasil fica claro a incompetência do Governo em

alterar estas legislações indigenistas, QUE O PROTEGEM COMO UM SER EM EXTINÇÃO! (Comentário de Renato Nascimento).

Uma das manchetes que chamou atenção foi a do *site* Agência Amapá: “Precisamos nos comunicar via internet”, diz líder indígena na nova era da banda larga, devido ao fato de que os indígenas já percebem a falta dessa tecnologia participativa.

Os povos indígenas do extremo Norte do Estado do Amapá estão ansiosos para serem atendidos com a conexão de internet. O serviço faz parte das compensações garantidas pelo consórcio da empresa Oi, responsável pela execução do projeto da banda larga por fibra ótica, que inclui áreas indígenas.

"Precisamos tanto de comunicação 'pra ontem'. Queremos linha telefônica nas aldeias. É fundamental nos comunicarmos através da internet". O apelo é do presidente do Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque (CPIO), Paulo Roberto, da aldeia Kumarumã, etnia Galibi Marworno. (Trecho da matéria divulgada no site)

Depois de várias promessas, até o momento nenhuma das aldeias foi contemplada com os programas e a internet banda larga de acesso livre.

A elasticidade da Internet a torna particularmente suscetível a intensificar as tendências contraditórias presentes em nosso mundo. Nem utopia, nem distopia, a Internet é a expressão de nós mesmos através de um código de comunicação específico, que devemos compreender se quisermos mudar nossa realidade. (CASTELLS, 2003, p.11)

A radiofonia é o único meio de comunicação que as aldeias da região do Oiapoque têm em comum, e que funciona. Para os indígenas é a forma mais fácil para usar e se comunicar.

No início do século XX, a radiofonia despertou o interesse de um grupo de intelectuais que, enquanto estudiosos dos problemas nacionais, logo perceberam a importância deste veículo para vencer o isolamento e disponibilizar conhecimento e informação ao alcance de todos, integrando e preparando a nação em torno do propósito científico. (COELHO, 2014, p.1)

Apesar da multiculturalidade que vivemos, algumas pessoas não aceitam que comunidades com população relativamente baixa, como a indígena, sejam inseridas no ambiente tecnológico, por temer o que podem fazer com esses instrumentos. Porém é, praticamente, impossível viver sem o acesso à rede, e é da vontade dos índios da aldeia Manga ter acesso à internet, porque ela possibilita uma visão mais ampla da realidade mundial, além de ser a forma mais viável de integração. Entendo que a cultura deve sim acompanhar a modernidade.

O ponto correto seria não isolar os índios dos benefícios que a internet traz, mas sim dar a oportunidade de mostrar o que podem fazer com o uso de tais materiais e possibilitar o desenvolvimento tanto social quanto intelectual. Neste assunto surge mais um desafio, o de colocar as tecnologias e dar suporte de manutenção e de capacitação, pois de nada adianta apenas possibilitar o acesso sem apresentar as diferentes formas de apropriação e manuseio.

A tecnologia não pode ser vista como um fenômeno isolável, uma espécie de força anônima e independente, quer em sentido positivo, quer em sentido negativo. O fenômeno representa uma capacidade ou dimensão da vida humana, cujo sentido e valor dependem da maneira como os homens agem e se organizam socialmente ao longo da história. (Rüdiger, 2003, p. 22)

Capítulo 2: cibercultura indígena

2.1- Cibercultura no ambiente indígena

No contexto atual, observa-se que os povos indígenas da região do Uaçá, passam por transformações de desenvolvimento tecnológico, principalmente, os que moram em aldeias próximas da BR-156, como é caso da aldeia Manga. Este contexto gera muitas discussões quando o assunto passa a ser o uso da internet.

Dessa forma, o índio não pode ser visto apenas como uma representação simbólica de sua cultura, ele deve ter seu espaço garantido em todos os ambientes participativos entre as culturas, nossa e deles, inclusive o da conexão em rede, não sendo apenas uma representação cultural, mas também ser sujeito desse processo, está é uma forma de integração e democratização da comunicação.

Partindo do ponto de vista de Castells (2003, p. 128), democracia é ter acesso:

Esperava-se que a Internet fosse um instrumento ideal para promover a democracia – e ainda se espera. Como dá fácil acesso a informação política, permite aos cidadãos ser quase tão bem informado quanto seus líderes. (...) A interatividade torna possível aos cidadãos solicitar informação, expressar opiniões e pedir respostas pessoais a seus representantes. Em vez de vigiar as pessoas, as pessoas poderiam estar vigiando seu governo – o que é de fato um direito delas, já que teoricamente o povo é soberano.

De acordo com o pensamento do autor, de fato seria mesmo, senão fosse a limitação de acesso em alguns lugares, aonde a informação chega de forma indireta, ou seja, por pessoas que não moram na aldeia e levam as notícias, são pesquisadores, professores, secretarias do Governo. Com essa falta de comunicação direta, onde os próprios sujeitos usam os métodos disponíveis para se comunicarem, se pensa na seguinte questão: como formar cidadãos críticos se não é dado o espaço e facilidade para que o conhecimento do indígena seja difundido?

O autor também esclarece que “a internet fornece um canal de comunicação horizontal, não controlado e relativamente barato, tanto de um-para-um quanto de um-para-muitos”, ou seja, se, de fato, usassem essa ferramenta para que uma comunidade disseminasse seus movimentos histórico e cultural, seria um ótimo começo para inserção tecnológica do ambiente indígena, porém deve ficar clara a mensagem de que através desse canal sejam difundidas informações relevantes, como as da área da educação indígena, seus materiais produzidos a partir do contato com as tecnologias, suas práticas culturais. Enfim, fazer a sociedade, como um todo, conhecer mais o índio e, por sua vez diminuir os pré-conceitos que se tem das minorias.

Estes fatores da internet não ser controlada e ser barata, não se aplicam a realidade da aldeia Manga, por duas questões: primeiramente porque existe a conexão na aldeia, através do Programa Gesac, mas com acesso restrito a professores e alunos, ou seja, já há um certo grau de controle. A segunda questão é relacionada ao preço, quando a internet banda larga estava na fase de instalação no Estado, as notícias que circulavam era de que o preço cairia de R\$ 429 para R\$ 39,90, entretanto o preço mais em conta está por volta de R\$ 99,80 1Mbps³.

Parceira do governo do estado do Amapá com a Oi permitirá que a companhia leve os serviços de banda larga ao custo do PNBL por fibra óptica a oito municípios do estado, que hoje é atendido pela empresa apenas por conexão satelital. Os municípios que serão atendidos são: Macapá, Santana, Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene e Oiapoque. Atualmente a Oi atua com banda larga apenas na capital Macapá e o preço do Velox de 300 kbps custa R\$ 219 e o de 600 kbps R\$ 429. Com a chegada da fibra, a empresa comercializará o Velox de 1 Mbps por R\$ 35. Caso o estado faça a adesão ao convênio do Confaz que isenta o PNBL do ICMS, o preço cai para R\$ 29,90. (CONSECTI, 2014)

Hoje, a inclusão digital é um método para saber usar a tecnologia da informação e comunicação para exercer cidadania, pensar no coletivo e ter participação ativa. Através do uso igualitário da internet, é possível fazer com que as pessoas criem seus próprios ambientes

³ Pesquisa de mercado realizada em 22 de dezembro de 2014 através de contato telefônico com a operadora OI.

comuns e culturais, pois o uso social da tecnologia da informação é um mecanismo de reorganização social e democrática, que resulta em cidadãos críticos capazes de buscar e questionar por seus direitos.

As tecnologias de informação contêm, em seu juízo, uma dimensão “subjéctiva, profética ou maravilhosa”. A cibercultura em curso de formação ensejará o aparecimento de uma nova ecologia cognitiva, a difusão de uma inteligência coletiva e a expansão da cidadania através do exercício da tecnodemocracia. (LÉVY apud RÜDIGER, 2003, p.60)

O que, ainda, falta para o grupo indígena é autonomia para fazer escolhas e evitar o controle do uso da tecnologia, os índios cobram essa liberdade para o acesso ao espaço público para tomada de decisões pertinentes às suas aldeias, somente eles podem explicar melhor o que querem e necessitam, falta autonomia e mais uma vez a tutela indígena impera decidindo por eles.

A cibercultura tem como elementos essenciais a técnica e a sociedade, o primeiro é representado pela internet, o outro pelo social, no qual o sujeito humano tem a experiência com a tecnologia, no que se refere à compreensão e convívio. A cibercultura é justamente pensar que a tecnologia, em seu uso democrático, de interesse comum, compartilha saber e informação, conforme orienta Lévy, citado por Rüdiger, (2003, p. 65):

A cibercultura expressa antes de mais nada uma suposta vontade coletiva de construir laços sociais baseados na partilha do conhecimento. O fundamento da mesma é a reunião em torno de centros de interesses comuns, é algo sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração.

A inovação tecnológica torna a vida das pessoas mais fácil com seus diversos serviços disponibilizados o tempo inteiro, no mundo contemporâneo agilidade e eficácia são palavras-chave.

Com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), os indígenas procuram seus direitos pelo reconhecimento comunicativo, não apenas para o uso simbólico-cultural, mas também, o de ter sua vez na conexão em rede.

Mídias como televisão e rádio, na maioria dos casos, mostram apenas o índio e seu lado primitivo, como povo isolado, suas características e informações são passadas de forma indireta, como o editor quer que seja visto. A imagem de divulgação da Copa do Mundo realizada no Brasil em 2014, na qual a multinacional Coca-Cola mostrou um índio alegre e como marca do Brasil, enquanto que na verdade a realidade era outra. Os índios

protestavam por demarcações de terras e não estavam contentes com a situação, onde era dada mais atenção a Copa do que a um direito que lutam há muito tempo.



Imagem 6

Fonte: www.survivalinternational.org/copa

As críticas aos estereótipos interessados numa imagem primitiva começaram a aparecer, por isso, o indígena Nixiwaka da região amazônica protestou no *tour* da taça, aproveitou que a atenção do mundo estava voltada para o evento para dizer o que queria usando uma camisa com a seguinte frase: “Brasil: para de destruir os índios”, no entanto, a Coca-Cola e a FIFA impediram que ele mostrasse a mensagem ao lado do troféu.



Imagem 6

Fonte: www.survivalinternational.org/copa

Através de outros meios modernos, como a internet, esse grupo étnico pode se apresentar como realmente são, para que o receptor da mensagem tire suas próprias impressões, e não que ela já venha formada. Precisam integrar a sociedade da informação. Um exemplo é o trabalho executado pela Ong Thydêwá, que inclusive seria contratada pela operadora OI para ministrar cursos de inclusão digital em algumas aldeias da TI Uaçá. A Thydêwá desenvolve projetos que integra os indígenas no ambiente virtual, usando a tecnologia em rede como aliada, são os eles: Oca Digital, Arco Digital e Índios Online.

Com a tecnologia em rede (internet) a cultura não fica estática, passa a interagir com as demais, pois, “a Internet, constitui assim um “novo” espaço territorial, baseada na interação, deslocamento e difusão abrangente de conteúdo”. (PINTO, 2014, p. 6).

Internet possibilita uma comunicação reticular, um espaço público, um Fórum Híbrido em que o sujeito vive a possibilidade de ambivalência entre o local e o global, entre o eu e o anonimato, entre o eu e o outro do pseudônimo, entre a pertença e o desenraizamento, entre o reprodutor e o consumidor de conhecimento à escala global, entre a nacionalidade e o cosmopolitismo. (...) a Internet é um novo tipo de organização sócio-técnica que facilita a mobilidade no e do conhecimento, as trocas de saberes, a construção coletiva de sentido, (SILVA, apud PINTO 2014, p.6)

Para isso, seria importante dar esse espaço para que os indígenas, sobretudo os da aldeia Manga, façam sua política comunicacional em rede, mas para isso, primeiro se torna importante fazer com que a internet chegue até essa aldeia, entretanto, caberia aos seus líderes cobrar essa demanda.

A comunicação através da internet permite ao movimento indígena expressar seus ideais, não somente, em uma escala local, mas regional e global, porém, para isso é preciso facilitar o acesso às tecnologias, não restringir somente a alguns grupos, como acontece na aldeia Manga, somente professores e alunos acessam quando for relacionado a algum assunto da escola, seria bom que o acesso fosse compartilhado, criar pontos de encontros, como os telecentros, incentivar as pessoas a irem buscar informação e conhecimento.

Em questionário⁴ respondido por catorze moradores da aldeia é possível confirmar a informação acima, alguns são estudantes e outros professores, na opção acessa internet onde, responderam na escola. Mais uma reposta unânime foi em relação a utilização da internet e de que forma contribuiria para o desenvolvimento da aldeia, responderam que seria um importante instrumento para a área educacional, principalmente para os jovens que poderiam fazer cursos online, também como mecanismo para acesso mais rápido à informação, conforme respostas a seguir:

⁴ O questionário chegou respondido de Oiapoque somente duas semanas antes da entrega da monografia.

Seria útil na área da informação, para ficarmos por dentro do que acontece no mundo. Acontecem muitas coisas que não sabemos, então é muito importante, (Lucival dos Santos).

Seria útil para a educação, sou professora e a internet ajudaria mais para meu desenvolvimento, (Alice Iaparrá).

A internet contribuiria para que as notícias chegassem mais rápido aqui e nos informar o que acontece em nosso Estado, no país e em outros lugares, (Sayonara Monteiro).

No questionário todos os participantes indicam que a aldeia Manga necessita estar inserida no ambiente virtual, mas não somente este, como também outros que oferecem uso de celular, por exemplo.

Nós queremos outros meios para comunicação, o que usamos aqui com frequência é a televisão e em alguns casos a internet, mas para isso temos que ir até a escola, queríamos que aqui funcionasse telefone celular, mas só temos o fixo, que dificilmente funciona. (Relato de Cadima Nunes).

A comunicação relaciona integração, participação e cultura, além do processo e difusão na cultura digital e em rede.

A comunicação é um elemento que molda a cultura, porque é através da comunicação que a vida em sociedade se faz possível, nas suas diversas manifestações, constituindo o sistema de valores e de símbolos. E esse sistema de valores e símbolos recebe uma influência do sistema tecnológico. (SIMÕES, 2014, p. 9)

A cibercultura está ligada ao exercício democrático de apropriação da tecnologia, é o agir coletivamente com o amplo acesso a informação, diminuindo, na medida do possível, as desigualdades na rede (internet).

Para isso não teria que negar o acesso às minorias, como grupo indígena e sim permitir, para que o espaço informacional e comunicacional seja conquistado, porque na aldeia Manga não seria correto dizer reconquistar, uma vez que a maioria dos habitantes do lugar não tem acesso liberado, porque até o momento não foi cumprido o acordo onde a conexão de internet seria grátis.

2.2 Aldeia Manga: em busca do desenvolvimento tecnológico e cultural

Atualmente, a internet tem papel fundamental como meio de comunicação e de união, principalmente quando diz respeito ao interesse coletivo, porque passa a funcionar

como espaço público. Esses aspectos lembram a realidade da aldeia Manga, que aos poucos tenta ganhar seu espaço no ambiente virtual.

Ao chegar na aldeia é perceptível que não se trata de uma aldeia tradicional, com ocas e índios com traje habitual, lá existem casas equipadas com televisor e TV por assinatura, rádio, telefone fixo, dentre outras tecnologias.

O acesso à internet é somente na escola, mas os indígenas ainda esperam que o termo de compromisso das compensações seja cumprido. Mesmo com essas tecnologias a etnia Karipuna, habitantes da aldeia, não deixa de lado suas práticas culturais, pois uma depende da outra para proporcionar o desenvolvimento, conforme pontua Rüdiger (2003: 27) “a cultura não se esgota na técnica, porque a transcende, mas sem aquela não tem como se expressar: ambas pressupõe-se reciprocamente”.

Esta discussão de junção de tecnologia e cultura torna-se importante, porque através de análise do Plano de Vida dos povos Indígenas do Oiapoque⁵, elaborado pelos próprios indígenas, e que indica as mudanças necessárias para melhorar a qualidade de vida dos Povos Indígenas do Oiapoque, é possível destacar alguns fatores que são cobrados:

- Descontinuidade dos projetos de valorização e fortalecimento do patrimônio cultural material e imaterial;
- Necessidade de mais publicações sobre a cultura e conhecimento indígenas;
- Divulgação na internet de materiais didáticos elaborados em patoá.

Porém, para que essas ações sejam realizadas e alcancem o nível de exposição que os indígenas querem, o global, é preciso aumentar a condição de necessidade comunicacional e informativa, primeiramente levando a conexão em rede e depois investir em treinamento para o conhecimento, no mínimo básico, de uso da internet e equipes exclusivas para manutenção dos equipamentos.

Após essas iniciativas, deve-se incentivar o indígena a usar a técnica para difundir sua aldeia. Como a internet é um meio multimídia, eles poderão apresentar a aldeia de diversas formas e usarão, também, outros instrumentos para isso, como câmera filmadora e fotográfica, computadores, celulares, criação de blogs, etc.

⁵ O Plano de Vida dos povos Indígenas do Oiapoque discute as ações de políticas públicas socioambientais por meio do Planejamento Participativo de articulações e parcerias que demonstram uma ação coletiva, de acordo, com as etapas previstas de desenvolvimento, (BARREIROS, 2012 p. 73). Trabalha os seguintes eixos temáticos: saúde, educação, produção e outras Atividades, território e meio ambiente, cultura e movimento indígena.

O uso da tecnologia faz a aldeia ser conhecida mundialmente e preserva a memória viva da etnia, e dos demais indígenas da região como cultura histórica da humanidade, conforme orientam os autores Morales e López (2014, p. 12):

La memoria viva se irá construyendo a partir del registro de la experiencia compartida entre los miembros de un grupo social sobre diversos aspectos como acontecimientos, hechos y elementos relevantes para el grupo, su cultura popular tradicional constituida por leyendas, costumbres, fiestas, canciones, mitos, bailes populares, tradiciones, que caracterizan la vida de la comunidad en su desarrollo histórico desde su surgimiento.

Tais práticas da aldeia Manga, elencadas acima, tecnologia com envolvimento da comunicação, conhecimento e cultura, são estudadas pelos autores como partes que compõe a cibercultura, “la cibercultura se compone de tres culturas: cultura de información, comunicación y conocimiento; três processos: estimulación, conectividade y consistência; y tres condiciones: nosotrificación, reflexividad de segundo orden y trabajo colectivo” (MORALES; LÓPEZ, 2014, pág. 8).

Em virtude dessa mudança contínua, os habitantes da aldeia Manga querem inovação tecnológica, e por essa razão a presença de uma tecnologia da comunicação – internet- fará com que a aldeia passe por um processo de reconfiguração cultural e social.

Capítulo 3: Conexão em Rede: análise de Castells

3.1 -Informacionalismo, breve histórico

Durante a Segunda Guerra Mundial, nos anos 60, o setor militar através da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA) foi o responsável por marcar o início do avanço tecnológico com a origem da internet.

O resultado foi uma arquitetura de rede que, como queriam seus inventores, não pode ser controlada a partir de nenhum centro e é composta por milhares de redes de computadores autônomos com inúmeras maneiras de conexão, contornando barreiras eletrônicas. (CASTELLS, 2013 p. 44)

A primeira Revolução em Tecnologia da Informação aconteceu nos Estados Unidos, mais precisamente na Califórnia nos anos 70, quando cientistas e industriais de outros

países tiveram um papel muito importante tanto na descoberta quanto na difusão das novas tecnologias.

O Japão, devido seus estudos e potencial tecnológico, com a capacidade das empresas em produção foi importante para a melhoria do processo de fabricação com base em eletrônica e para a penetração das tecnologias da informação na vida cotidiana mundial.

Desde os anos 70, o Vale do Silício, conhecido por ser um grande centro de pesquisas tecnológicas e abrigar as grandes empresas do setor, gera sua própria dinâmica e atrai cada vez mais conhecimentos, investimentos e talentos de todas as partes do mundo.

O Vale do Silício foi transformado em meio de inovação pela convergência de vários fatores, atuando no mesmo local: novos conhecimentos tecnológicos; um grande grupo de engenheiros e cientistas talentosos das primeiras universidades da área; fundos generosos vindos de um mercado garantido e do Departamento de Defesa; a formação de uma rede eficiente de empresas de capital de risco; e, nos primeiros estágios, liderança institucional da Universidade de Stanford. (CASTELLS, 2013pág. 100)

Na verdade, foi o Estado, e não os grandes centros empreendedores de estudos e inovações que iniciou a Revolução da Tecnologia da Informação mundo. Entretanto, assim como o capitalismo, o informacionalismo também, no ponto de vista do Estado, é uma forma de gerar economia, mas agora informacional e global, onde a produtividade é gerada e a concorrência é feita em uma rede global de interação que provoca competitividade e depende que seus agentes tenham capacidade de criar e colocar em prática seus conhecimentos.

O que deve ser guardado para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados. (CASTELLS, 2013, p. 49)

No livro a Sociedade em Rede, Manoel Castells estuda o nascimento de uma nova estrutura social em decorrência da revolução tecnológica, observada a partir do final do século XX, surge o que o autor chamou de Informacionalismo, produto da reestruturação do capitalismo. Castells analisa o processo não como a ruptura do capitalismo, mas como os processos de desenvolvimento do mesmo, que passou por um procedimento histórico até chegar à Era da Informação.

Não é diferente no caso da revolução tecnológica atual. Ela originou-se e difundiu-se, não por acaso, em um período histórico da reestruturação global do capitalismo, para o qual foi uma ferramenta básica. Portanto, a nova sociedade emergente desse

processo de transformação é capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países, conforme sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e a tecnologia informacional. (CASTELLS, 2013, p. 50)

De acordo com o autor, as sociedades informacionais de hoje permanecem capitalistas, por esta razão elaborou três processos que ligam um sistema ao outro. Os processos do estudo são: produção, experiência e poder. Para deixar claro que o capitalismo depende do informacionalismo que, por sua vez, é responsável por sua reestruturação.

A inovação tecnológica e a transformação organizacional com enfoque na flexibilidade e na adaptabilidade foram absolutamente cruciais para garantir a velocidade e a eficiência da reestruturação. Sem a nova tecnologia da informação, o capitalismo global teria sido uma realidade muito limitada (...). O informacionalismo está ligado à expansão e ao rejuvenescimento do capitalismo, como o industrialismo estava ligado a sua constituição como modo de produção. (CASTELLS, 2013, p. 55).

Castells (2013, p. 43) esclarece que conhecimento e informação são elementos fundamentais em todos os modos de desenvolvimento, dessa forma, “o informacionalismo visa o desenvolvimento tecnológico, ou seja, a acumulação de conhecimentos e maiores níveis de complexidade do processamento da informação”. Para o autor “a tecnologia é a sociedade que por sua vez não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”.

Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico. (CASTELLS, 2013, p. 45)

Partindo deste ponto de vista, entende-se que comunidades como os indígenas da aldeia Manga, não estão inseridas tecnologicamente na sociedade, por não ter sistemas de comunicação onde possam acessar direto a informação, onde possam fazer suas próprias pesquisas, manter-se na história de imagens e vídeos das redes sociais, pois para esse grupo social a informação chega de modo indireto, como por exemplo, através de educadores e pesquisadores que se deslocam até a comunidade ou de secretarias do Governo do Estado.

O autor usa como objeto de análise a cultura chinesa diante da inserção das tecnologias, o que compara-se com o caso dos indígenas, porque nos dois casos têm, ou no caso da China tinha, a relação harmoniosa entre homem e natureza ameaçada pela inovação

tecnológica. Mais adiante ele explica que essa inovação aplicada na China e a boa relação com a natureza não impediram a deteriorização ecológica, o mesmo acontece com os indígenas, não é privando-os do acesso à informação que estarão salvos da ação de destruição causada pelo homem na modernidade.

Quando a Rede desliga o Ser, o Ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social. (CASTELLS, 2013, p. 58).

3.2-Jogos de Poder: o indígena como representação simbólica e valor cultural

O índio é mostrado como símbolo do Brasil, conforme Barbero (2008, p. 113) cita, sua cultura se transforma em produção, na chamada “sociedade do espetáculo”, onde “o valor do popular não reside em sua autenticidade ou em sua beleza, mas sim em sua representatividade sociocultural, em sua capacidade de materializar e de expressar o modo de viver e pensar das classes subalternas”.

Esses valores simbólicos imbuídos da lógica do capital, o sustentam, um exemplo que o autor comenta e é visto como realidade na aldeia Manga, é o caso do artesanato indígena como produto para o turismo. Para eles o artesanato é uma fonte de renda, porém para outros, como o Estado, é usado para o turismo étnico, que, para Martin-Barbero (2008, p. 265) converte as “culturas indígenas em espetáculo, misturando o primitivo e o moderno, numa operação que mantém a diferença subordinada do primeiro com relação ao segundo”.

Com essa lógica de querer preservar como universal, ou ainda, eternizar a imagem do índio puro e primitivo não faz mais sentido no tempo da pós-modernidade, pois os sujeitos vivem em constante transformação, pois usar essa falsa imagem impede a compreensão da realidade que transforma-os.

O Turismo Étnico potencializa a importância da cultura no cenário atual da dinâmica do capitalismo de acumulação flexível na pós-modernidade, viabiliza estratégias de governabilidade do estado na periferia do sistema, assim como contribui na construção das imagens publicitárias das cidades na competitividade global e no manejo dos conflitos sociais. (VELAME, 2010, p.2).

O que se observa é que o interesse em mostrar o indígena como ele não é ou moldar uma imagem do que se queira que ele seja prevalece na atual sociedade, e isso gera uma certa confusão ao tentar entender como o processo acontece na realidade. Uma coisa é certa, o interesse em gerar economia com o turismo étnico é cada vez maior e gera uma interpretação conflituosa, tanto para quem é usado para tal finalidade quanto para quem alimenta o capital simbólico.

A noção de interesses remete para a de confronto e luta, pois os interesses não são harmônicos. Pelo contrário, vivemos numa sociedade desigual, com distribuição desigual dos recursos de toda ordem. Nesta perspectiva, devemos admitir que uma negociação de desiguais não pode prescindir do caráter de luta. É por isto que podemos operar ao mesmo tempo com uma perspectiva de luta simbólica e com um modelo que privilegia a noção de mercado: o mercado simbólico é um mercado de desiguais e a negociação que nele se processa tem o caráter de luta por posições de poder discursivo. (ARAÚJO, 2004, p. 4)

O turismo indígena é visto dentro de um grupo que chama atenção para os visitantes, o lugar onde vivem, sua história, tradições e artesanato formam os principais elementos para isso. É ingênuo pensar que os índios da aldeia Manga são alheios ao capitalismo, porque não são, consomem bebidas e comidas industrializadas, usam roupas de marcas famosas.

Hoje, estes povos nativos da América são índios, mas são brasileiros, são estudantes, muitos estão imersos em práticas religiosas cristãs, são consumidores, telespectadores e já começam a ser usuários de internet. Acreditar que depois de contactadas estas sociedades não se atravessariam pelas culturas ocidentais é no mínimo ingênuo. (NEVES; CORRÊA, 2011, p.2)

O indígena é usado como cultura de valor para o capitalismo. O Estado vê em sua cultura forma de desenvolvimento, mas não para o índio e sim para a economia.

Deve-se garantir às comunidades indígenas as condições necessárias para que possam efetivamente ser protagonistas no atual processo de globalização do qual o turismo é apenas um dos fatores, em consonância com a legislação brasileira e internacional sobre direitos dos povos indígenas. (CHAVES, 2014, p.14)

No estado do Amapá a conexão de internet ainda necessita melhorar muito, mesmo com a instalação da banda larga a prestação do serviço deixa muito a desejar. Na capital, Macapá, onde o acesso é maior, frequentemente ouvimos reclamações da falta de conexão, imagina no restante do Estado como funciona. Quando estava no processo de instalação da fibra óptica, além do acesso gratuito nas três aldeias, foi prometido acesso também, porém pago, para seis municípios (Macapá, Oiapoque, Calçoene, Ferreira Gomes,

Tartarugalzinho, Amapá e Santana) devido à proximidade por onde ia passar os cabos, só que o serviço, até agora, é fornecido somente em Macapá.

O pertencimento ganha forças como elemento simbólico de inclusão, quando na verdade a desigualdade está cada vez maior e o sentido de cidadania diminuindo com tal prática, uma vez que não diz respeito somente à satisfação de direitos, mas também ao reconhecimento social e cultural.

Ser cidadão não tem a ver com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido ao pertencimento e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e satisfação de suas necessidades. (CANCLINI, apud SOUSA, 2014, p. 14).

A internet, como elemento chave das novas tecnologias informacionais, refaz as relações de poder entre os indivíduos e influencia o processo democrático, principalmente, no que diz respeito ao acesso à informação como elemento para construção da cidadania. Em determinados lugares, o acesso pode ser controlado, pois esse é o modo mais fácil de limitar o que as pessoas poderiam pensar sobre alguns assuntos, e este fato está intimamente ligado a realidade da aldeia Manga, que segundo projetos da instalação da banda larga no Estado, já deveria ter acesso livre à internet para seus habitantes.

O ambiente informacional abre diversas possibilidades para o conhecimento, e talvez por essa razão, a internet ainda não pôde ser implantada na aldeia, pois o próprio processo de disseminação passiva da informação pode ser parte de uma estratégia do Estado para a manutenção do poder.

Partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas e depois examinar como estes mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global. Não é a dominação global que se pluraliza e repercute até embaixo. Creio que deva ser analisada a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nos níveis mais baixos; como estes procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam; mas sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais; como poderes mais gerais ou lucros econômicos podem inserir-se no jogo destas tecnologias de poder que são, ao mesmo tempo, relativamente autônomas e infinitesimais. (FOUCAULT, apud SOUZA, 2014, p. 20)

A internet é tecnologia e poder, que por sua vez necessita ser expandida para grupos minoritários, com a mesma facilidade que é destinada para os demais seguimentos sociais.

Diante das informações citadas, o que se percebe é que a conectividade na aldeia Manga parece ser apenas ilusória, onde o acesso se dar através de um Programa do Governo Federal (Gesac), porém somente poucos podem ter contato com o benefício, porque o ponto é na escola.

Com isso, o sistema de comunicação presente na aldeia não é totalmente múltiplo, falta muito para alcançar este patamar. Se percebe que, ainda, não é uma mão dupla para a conexão que pode trazer à aldeia conhecimento e informação, integrando-a a sociedade em rede. Castells (2013, p.460) explica que,

O que caracteriza o novo sistema de comunicação, baseado na integração em rede digitalizada de múltiplos modos de comunicação, é sua capacidade de inclusão e abrangência de todas as expressões culturais. Em razão de sua existência, todas as espécies de mensagens do novo tipo de sociedade funcionam em um modo binário: presença/ausência no sistema multimídia de comunicação. Só a presença nesse sistema integrado permite a comunicabilidade e a socialização da mensagem.

Conclusões

A aldeia Manga, diante da questão de falta de acesso a muitos serviços tecnológicos e sociais, busca ações para o seu desenvolvimento comunitário, que é o esforço coletivo para melhorar as condições de vida do lugar. A visão que temos do índio é a de que são obrigados a preservar, a qualquer custo, sua cultura e seus rituais, que dão característica peculiar a este povo.

As ações para o desenvolvimento comunitário da aldeia devem partir de atuações coletivas que visam buscar mudanças significativas. Essas transformações vêm de duas áreas, que para os moradores da aldeia Manga são importantes, cultura e educação, são espaços que servem para a imposição de valores das próprias aldeias, como forma de autonomia, recuperação de memória histórica e valorização dos conhecimentos de seus povos como conquista das lutas por seus direitos, e para fazer parte da sociedade democrática como um todo, inclusive no acesso à rede de computadores.

A aldeia tem recursos naturais e socioculturais preservados pelas famílias através de seus costumes e tradições, ricos para a preservação de suas histórias e que juntamente com o acesso à internet, aumentando o conhecimento dos indígenas que lá moram, podem alcançar patamares significativos para o desenvolvimento.

O uso da tecnologia de conexão em rede pode contribuir aos próprios indígenas para a criação de seus meios para serem apresentados, saindo do mais convencional, como é o caso do artesanato, porque eles ainda têm muito para nos mostrar. O processo de agentes ativos possibilita maior integração e conhecimento, tendo em vista que não seria o turismo étnico o único mecanismo para mostrar como o índio é.

A dominação na qual os indígenas estão sujeitos em plena Era da Informação, os deixam isolados tanto geograficamente quanto no âmbito comunicacional. Quando a banda larga foi anunciada no Estado várias notícias circularam dizendo que haveria internet gratuita em três aldeia (Kumenê, Kumarumã e Manga), o que chegou a causar sentimento de inclusão para os habitantes dessas aldeias, que até hoje cobram estes serviços.

Vale destacar que os moradores da aldeia Manga querem fazer parte do ciberespaço, neste caso se percebe uma oportunidade para desenvolver a cibercultura no local, na qual a técnica e o sujeito humano têm a chance de viver democraticamente compartilhando saber e informação.

Hoje o índio não pode ser visto apenas como representação simbólica do país, em certos casos, ele não quer e até protesta, conforme aconteceu na Copa do Mundo realizada no Brasil em 2014, onde a multinacional Coca-Cola de um lado mostrava que o índio era feliz na sua condição de elemento simbólico e cultura de valor, por outro lado, os indígenas não gostaram, pois passam por problemas, dentre os quais estão as demarcações de terras.

As relações de poder juntamente com a ideia de que se tem domínio sobre a cultura indígena e fazem dos costumes valores de mercado, para que sejam usados como produtos no sistema capitalista, devem ser deixados de lado, para dar visibilidade a outros elementos capazes de integrar os moradores da aldeia Manga em um ambiente do qual eles querem participar, que é o da conexão global através da rede digital.

Referências bibliográficas

ALVES, Jéssica. Jornal do Dia online. **Internet banda larga proporciona inclusão digital de indígenas de três aldeias**. Disponível em: <<http://www.jdia.com.br>>. Acesso em 18 de abril de 2014.

ARAÚJO, Inesita Soares de. **Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas**. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/491>>. Acesso em: 24 de dezembro de 2014.

AZEVEDO, Jefferson et al. **A coisificação do “eu” e a personificação da “coisa” nas redes sociais: verdades e mentiras na formação das estruturas de identidades**. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre>>. Acesso em: 24 de março de 2014.

BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

BARREIROS, Jussara de Pinho. **Identidade, território e políticas socioambientais: estudo de caso da etnia karipuna, na aldeia manga, no município do Oiapoque/Amapá**. Disponível em <<http://www.2.unifap.br/ppgdapp/files/2013/05/jussara-de-pinho-barreiros.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2014.

CAMPOS, Giovana Alves. **Legislações indígenas e a questão da tutela nos dias de hoje**. Disponível em: <<http://www.repositorio.uniceub.br/20485711.pdf>>. Acesso em: 10 de novembro de 2014.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **A sociedade em rede**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CHAVES, Rodrigo Rodrigues. **O turismo em terras indígenas no Brasil**. Disponível em: <http://www.reaabanne2013.com.br/anaisadmin/uploads/trabalhos/32_trabalho_001755_1374019229.doc>. Acesso em: 24 de dezembro de 2014.

COELHO, Patrícia. **Intelectuais em defesa da radiocultura (1920-1930)**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-sonora/intelectuais-em-defesa-da-radiocultura-1920-1930>>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

Consecti. Conselho nacional de secretários estaduais para assuntos de CT&I. **Banda larga no Amapá cairá de R\$ 429 para R\$ 39,90 com chegada da fibra óptica**. Disponível em: <<http://www.consecti.org.br/giro-nos-estados/banda-larga-no-amapa-caira-de-r-429-para-r-3990-com-chegada-da-fibra-optica/>>. Acesso em 18 de dezembro de 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004

KARIRI-XOCÓ, Nhenety. **Arco Digital: uma rede para aprender a pescar. Índios online**. Disponível em <http://www.indiosonline.org.br/blogs>. Acesso em: 17 de março de 2014.

MORALES; LÓPEZ, Laura, Guilebaldo. **Memoria y contrucción del sentido comunitário**. Alaic 2014.

NEVES; CORRÊA, Ivânia, Murício. **O povo indígena Aikewára e a Guerrilha do Araguaia: mediação, apropriação e resistência nas fronteiras de identidade**. Disponível em: <http://www.ufpe.br/nehete/simposio/anais/anais-hipertexto-2010/mauricio-neves-correa.pdf>. Acesso em: 23 de dezembro de 2014.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura: perspectivas do pensamento tecnológico contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SANTIAGO, Abinoan. G1 Amapá. **No AP, 7 mil índios em três aldeias terão acesso à internet banda larga**. Disponível em: <http://www.g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/03/no-ap-7-mil-indios-em-tres-aldeias-terao-acesso-internet-banda-larga.html>. Acesso em: 18 de abril de 2014.

SIMÕES, Isabella Garcia. **A Sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy**. Disponível em: http://www.insite.pro.br/2009/Maio/sociedade_ciberespa%C3%A7o_Isabella.pdf. Acesso em 17 de novembro de 2014.

SOUSA, Mauro Wilton de. **Recepção mediática: linguagem de pertencimento**. Disponível em: <http://C:/Users/Comunica%C3%A7%C3%A3o/Downloads/127-341-1-PB.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2014.

SOUZA, Terezinha Santos. **A emoção como tecnologia de poder e de gênero**. Disponível em: <http://comunica%C3%A7%C3%A3o/Downloads/2466-5210-1-PB.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2014.

VIDAL, Lux et al. **Plano de Vida dos povos e organizações indígenas do Oiapoque**. Disponível em: <http://www.intituitoiepe.org.br/programas>. Acesso em: 29 de setembro de 2014.

PINTO, Alejandra Aguilar. **A identidade/diversidade cultural no espaço comunicacional Postmoderno, existe já um território digital indígena?** Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/lecotec2009/anais/0001-0021AGUILAR.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2014.

PIRES, Maiara. Agência Amapá. **“Precisamos nos comunicar via internet”, diz líder indígena na nova era da banda larga**. Disponível em: <http://www.agenciamapa.com.br/noticia/37794/>. Acesso em: 18 de março de 2014.

Portal ENAP: **escola nacional de administração pública**. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/339>. Acesso em 10 de outubro de 2014.

VELAME, Fábio Macêdo. **KIJEMES: arquiteturas indígenas Pataxós da resistência ao espetáculo.** Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24254.pdf>>. Acesso em: 24 de dezembro de 2014.

Anexos

Questionário investigativo sobre uso e acesso à tecnologias (internet) na aldeia Manga

Nome: _____

Idade: () 10 a 20 () 21 a 30 () 31 a 40

Qual sua religião?

Na sua opinião, qual a principal fonte de economia da aldeia Manga?

() pesca () agricultura familiar () venda de farinha () venda de frutas

As tradições culturais ainda são mantidas (como rituais, costumes, comidas típicas)?

() Não () sim

Quais, exemplos?

Que tecnologias existem na aldeia Manga?

() Internet () telefone fixo () celular () TV por assinatura () outro

Acessa internet na aldeia?

() sim () não

Onde acessa?

() escola () casa () outro lugar

O uso da internet ou outro tipo de tecnologia trouxe alguma mudança em seu comportamento cultural?

() sim () não

Você usaria o acesso à internet para valorização e fortalecimento de sua cultura?

sim não

Na aldeia já foi ofertado curso de informática?

sim não

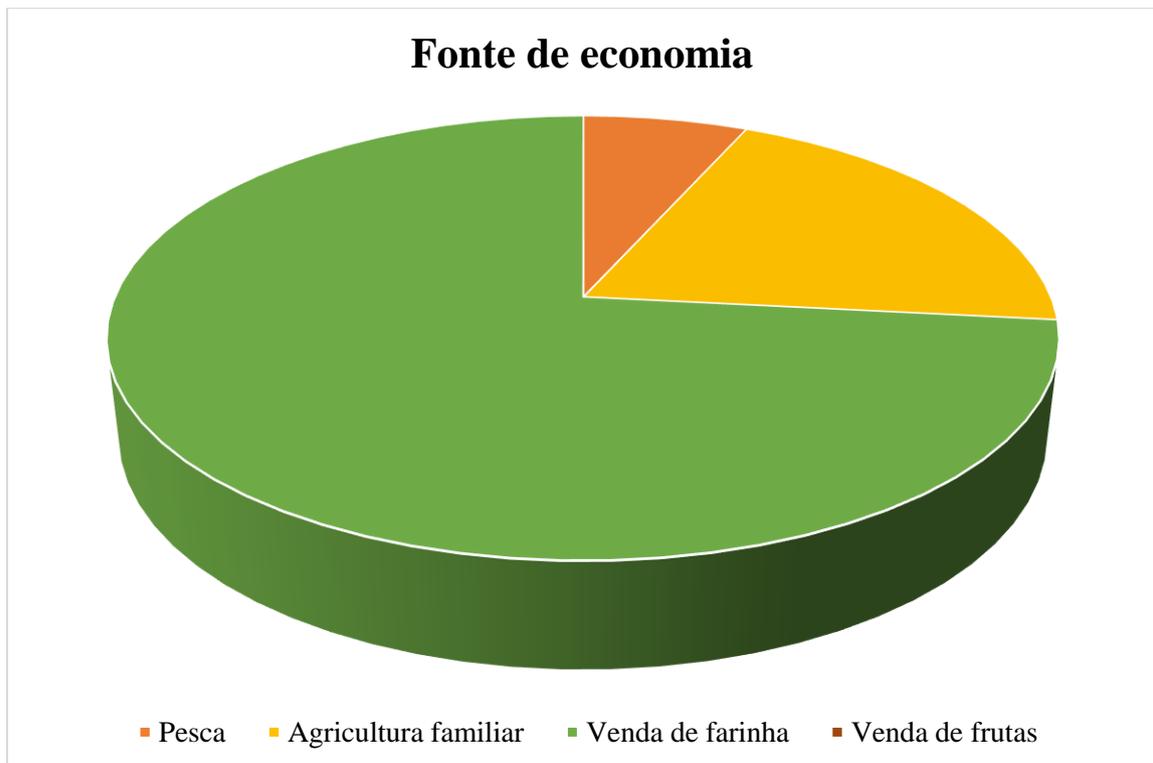
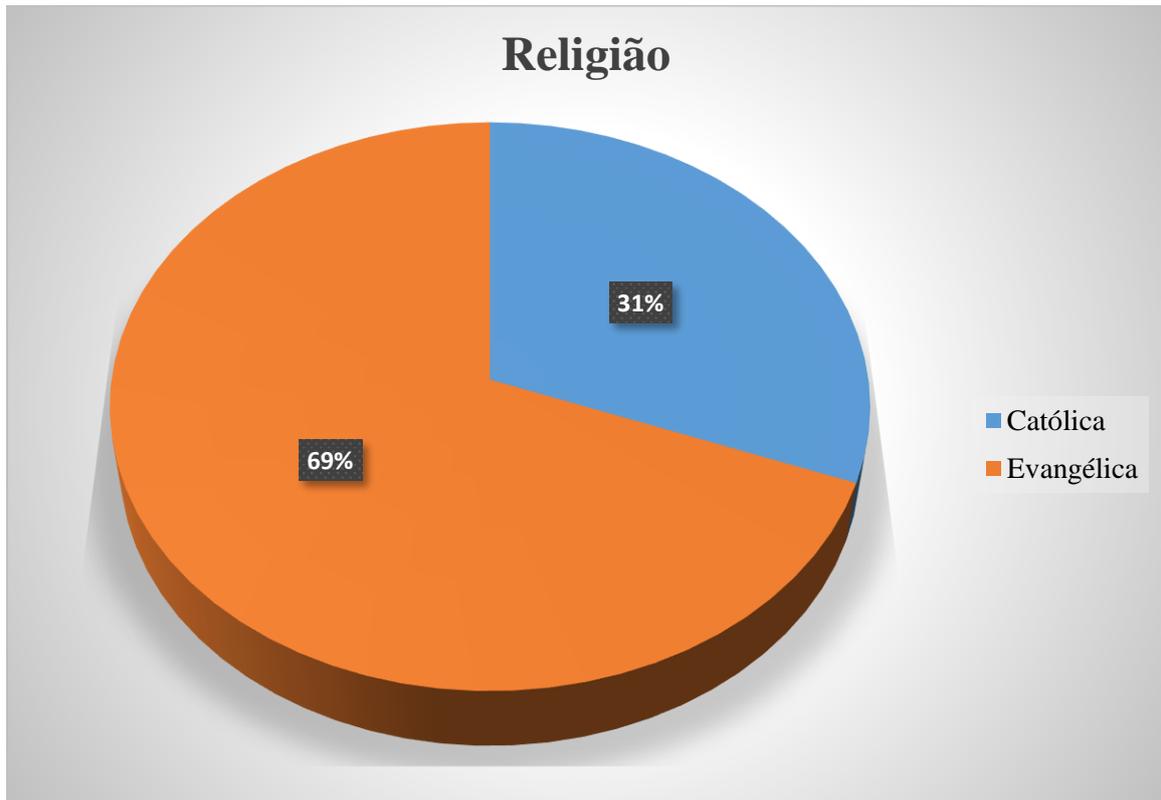
Na sua opinião, a aldeia Manga está inserida tecnologicamente na sociedade ou está em processo de inserção tecnológica?

sim não

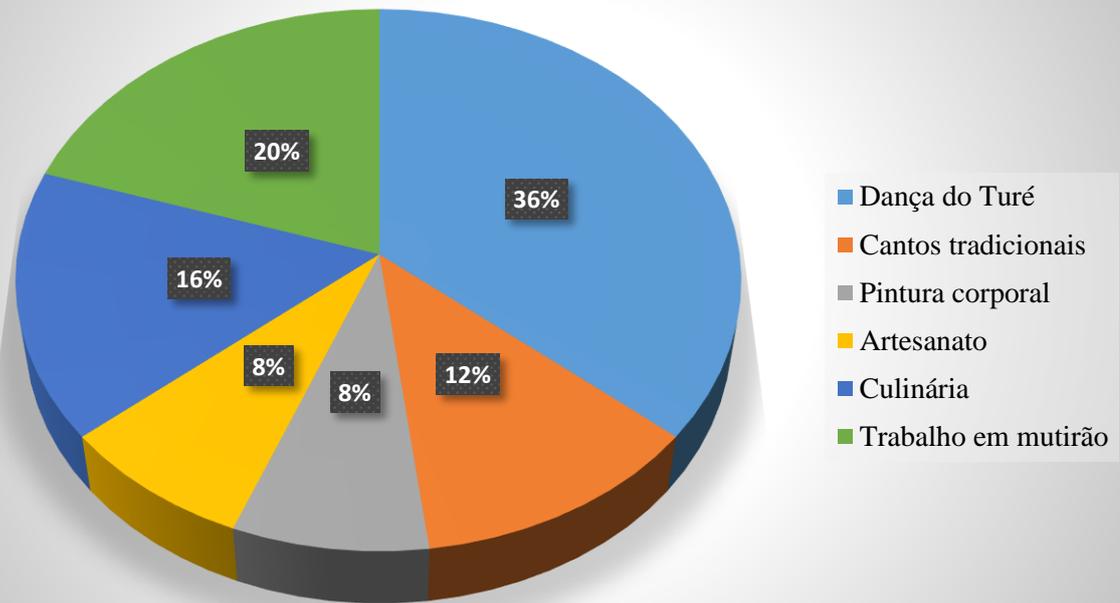
Em que o uso de internet seria útil para você?

Em que o uso de internet contribuiria para o desenvolvimento da aldeia Manga?

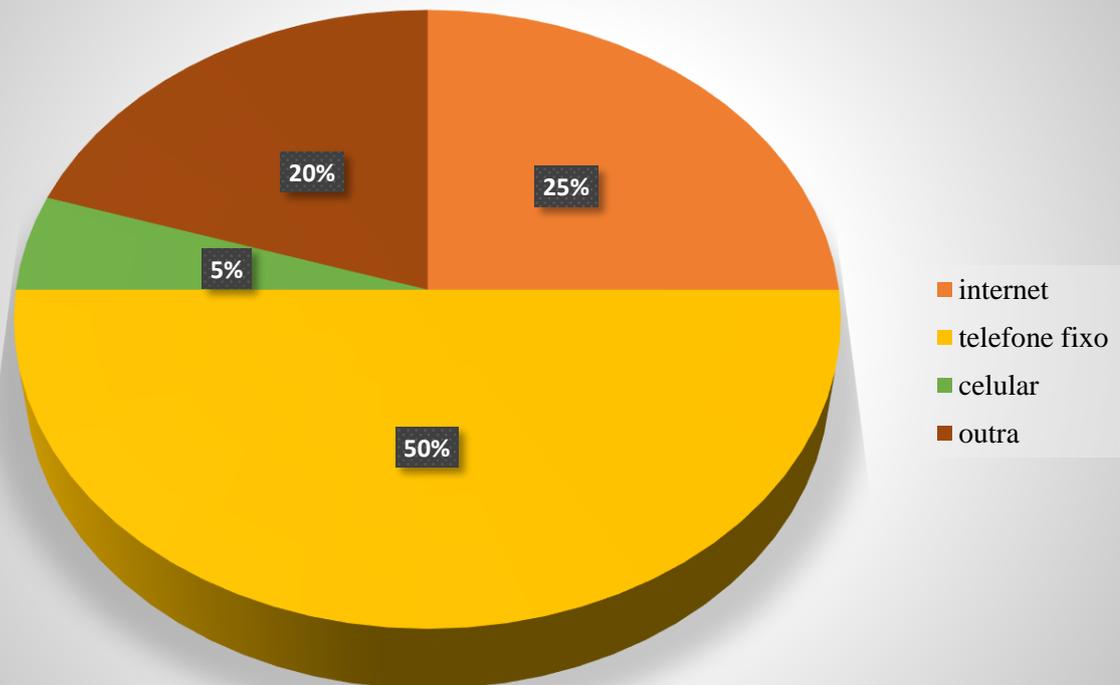
Resultados



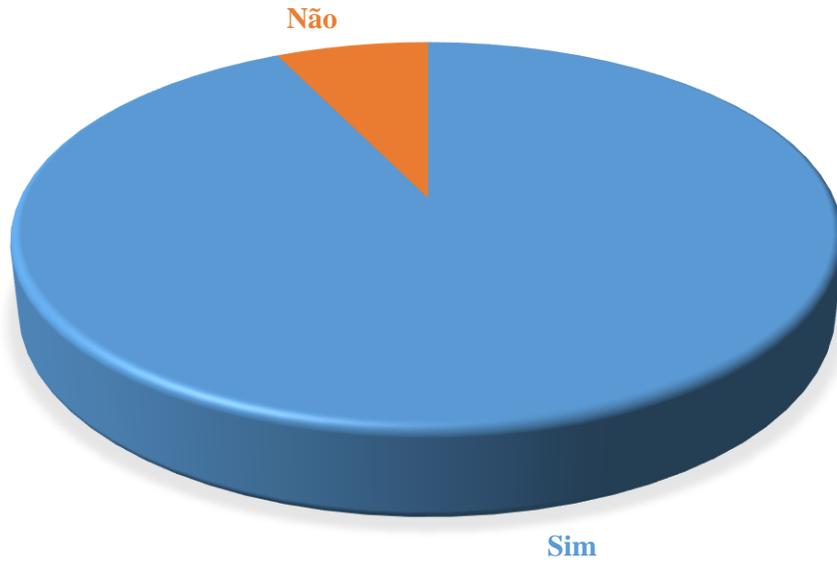
Tradições culturais



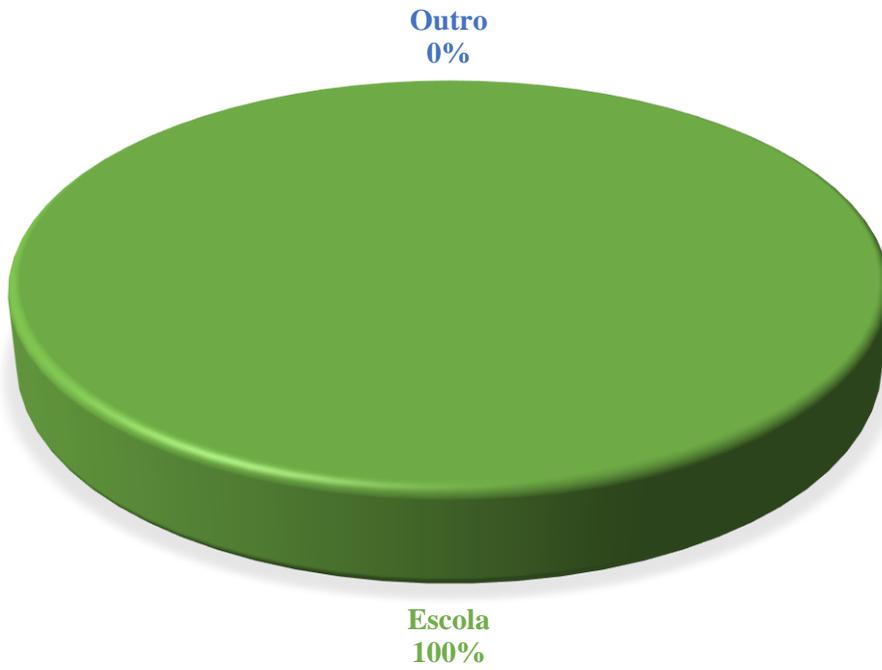
Tecnologias existentes na aldeia



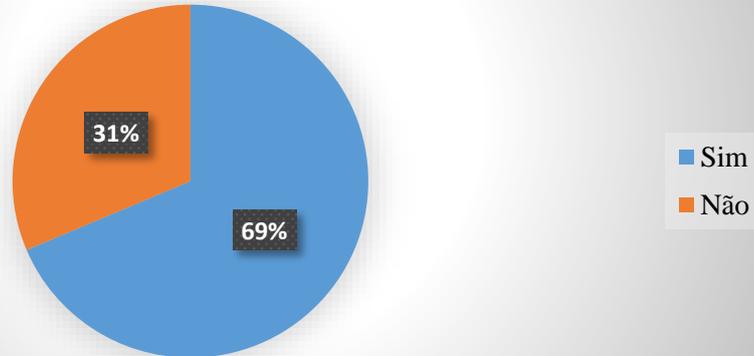
ACESSA INTERNET NA ALDEIA?



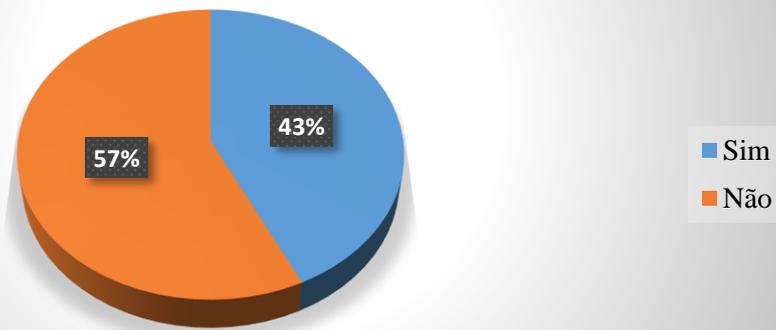
LOCAL DE ACESSO



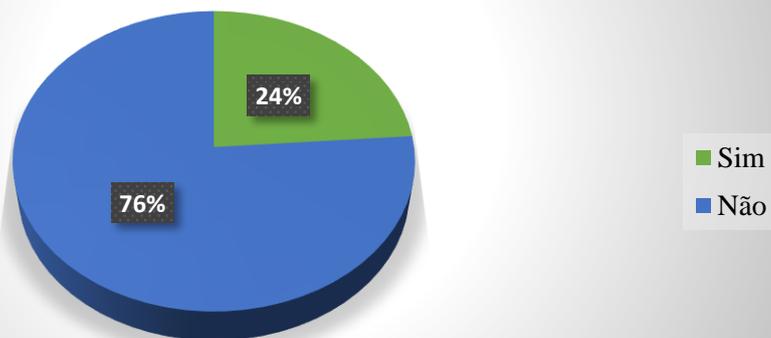
O uso da internet mudou seu comportamento cultural?



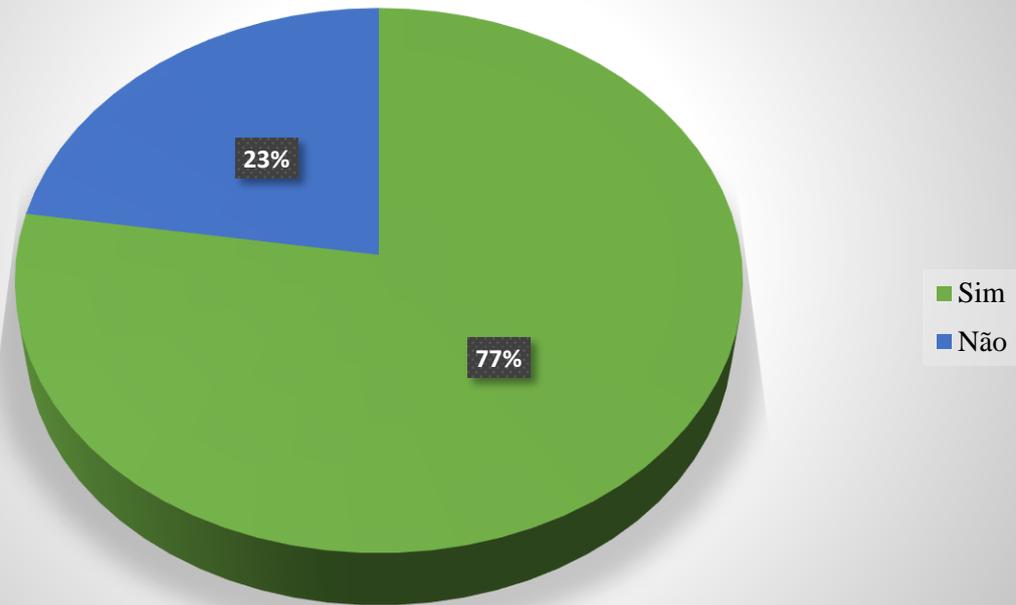
Usaria a internet para valorização e fortalecimento de sua cultura?



Fizeram curso de informática na aldeia?



A aldeia manga está inserida tecnologicamente na sociedade?



Para o que o uso da internet seria útil na aldeia?

